

O sonho sustentável – Marina Silva

Por Marina Silva

Às vezes me perguntam sobre o movimento “ecológico” na Amazônia, do qual participei ao lado de Chico Mendes. Respondo, para surpresa de algumas pessoas, que no início nem conhecíamos o significado da palavra “ecologia”. Para nós tratava-se, simplesmente, da sobrevivência. O desmatamento de grandes áreas para instalação da pecuária representava uma ameaça direta à vida de milhares de famílias no interior da floresta. Expulsas, elas estavam condenadas a uma vida miserável na periferia das cidades. Lutávamos contra isso.

Somente depois – e aos poucos – nos demos conta de que o nosso movimento não defendia apenas os seringueiros, mas também uma maneira de relacionar-se com a natureza. Percebemos que a floresta amazônica era muito importante para toda a humanidade. E a palavra “ecologia” entrou no nosso dicionário. A mesma coisa se deu com essa expressão, hoje tão conhecida: “desenvolvimento sustentável”. Não conhecíamos o relatório da ONU, elaborado em 1986, que colocou em circulação essa expressão. Mas tínhamos a sustentabilidade como uma espécie de critério básico para julgar tudo aquilo que recusávamos e também o que reivindicávamos.

Dessa forma, considerávamos errado desmatar a floresta para plantar capim e exportar madeira para depois comprar móveis. Condenávamos a divisão de lotes “quadrados” para colonização agrícola e a legislação que considerava o desmatamento uma benfeitoria. Tivemos que elaborar propostas, buscar alternativas práticas. Então começamos a falar na agricultura permanente, na valorização dos produtos da floresta e em uma reforma agrária adaptada às especificidades da região amazônica.

A descoberta de aliados externos, especialmente na comunidade científica, ajudou a formular melhor os conceitos com os quais trabalhávamos intuitivamente. Sindicatos e organizações não-governamentais começaram a firmar convênios com universidades e institutos de pesquisa. Surgiram, então, caracterizações mais gerais para um modelo de desenvolvimento baseado no agro-extratativismo, na agroindústria, no manejo florestal.

Nossa principal proposta, a partir de 1985, passou a ser a criação das Reservas Extrativistas. Essa proposta juntava três aspectos básicos do tipo de desenvolvimento que propúnhamos: conservação ambiental, economia cooperativa e atendimento de demandas sociais, especialmente saúde e educação. Uma reserva extrativista é uma área de floresta em que não se demarcam lotes, mas o perímetro, como numa área indígena. No seu interior, as famílias se distribuem conforme a tradição, de acordo com a distribuição natural dos recursos (água, madeira, seringa, castanha, caça etc.). Vendem seus produtos e compram mercadorias através de cooperativas. Uma rede de escolas e postos de saúde, com um tipo de educação e medicina adequados à cultura popular, completa a estruturação.

Os benefícios sociais desse modelo são inquestionáveis: distribui terra, evita o êxodo rural, possibilita a cidadania. Mas a pressão do "progresso" por lucros imediatos nos obrigou a buscar formas de demonstrar a viabilidade econômica de nossas propostas. Desde então, as pesquisas científicas tem fornecidos as respostas de que necessitávamos. A importância internacional conquistada pela biotecnologia mostrou a riqueza que a Amazônia coloca à disposição do Brasil. Não foi por acaso que existiram tantos interesses em torno da aprovação da Lei de Patentes. Trata-se de uma disputa internacional pelo domínio e utilização dessa riqueza.

Mas, apesar do aval técnico e científico que encontramos, nosso critério fundamental continuou sendo a prática. Hoje vemos, com alegria, o surgimento dos primeiros frutos nos projetos econômicos e sociais que apoiamos. Mesmo sem apoio

dos governos, enfrentando boicotes e perseguições, as comunidades da floresta começam a demonstrar evidentes possibilidades de melhoria de vida. Suas cooperativas, usinas de beneficiamento, projetos agro-florestais e até mesmo suas escolas e postos de saúde, tornam-se os principais sustentáculos econômicos dos municípios onde se situam. Enquanto isso, a pecuária extensiva mostra que não se sustenta sem o protecionismo estatal e a exploração madeireira deixa um rastro de miséria e destruição por onde passa.

Infelizmente, embora os governos usem cada vez mais a expressão “desenvolvimento sustentável” em seus discursos, a prática oficial continua sendo o principal entrave. As oligarquias e os especuladores ainda vicejam à sombra dos incentivos estatais. As linhas de crédito favorecem grandes empresas e latifundiários. Os projetos de real importância social ficam travados pela burocracia. Os institutos de pesquisa morrem à míngua. A fiscalização e punição dos crimes ambientais quase inexistem.

Penso que será necessária uma grande mudança política para que os rumos do desenvolvimento econômico sejam mudados e a tão propalada sustentabilidade deixe de ser um sonho. A ideia do desenvolvimento sustentado é um sinal de alerta. Um critério básico para avaliar os rumos da civilização e mudar enquanto é tempo. Fico contente de que seringueiros e índios da Amazônia tenham compreendido, na prática, a importância dessa ideia e que isso tenha nos possibilitado um encontro criativo com as parcelas mais lúcidas dos outros povos. Rezo para que outros brasileiros não cheguem tarde demais a esse encontro.